



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 28/2024

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei nº 4614/2024, que *“Institui o Programa Pequenos Atletas”*.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município opinou no seguinte sentido:

“O texto legislativo atende a boa técnica legislativa, nos termos da LCM Nº 29/94 e LC Nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Todavia, os Arts. 1º a 5º do projeto de lei, usurpa competência do Poder Executivo Municipal, violando assim o Princípio da Separação dos Poderes (Art. 4º, 65, §1º, IV da LOM-PVH e art. 7º, 39, §1º, II, alínea “d” da CE/RO)

De acordo com o Art. 42, § 1º da Constituição Estadual de Rondônia, o Governador (Prefeito), vetará projeto de lei quando considerar Inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, in verbis:

“**Art. 42.** O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

**§ 1º** Se o Governador do Estado considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos do veto ao Presidente da Assembleia Legislativa.”

Nesse sentido, o veto é político, quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; jurídico, se entendida como inconstitucional; ou por ambos os motivos – inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

**A instituição de programa de governo a iniciativa é comum entre os Poderes na forma prevista na Constituição (art. 39 da CE/RO; art. 65 da LOM/PVH).**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Todavia, ao analisar o projeto de lei nº 4614/24 – observo que os artigos 2º a 3º são inconstitucionais pelas seguintes razões:

Dispositivos que criam obrigações ao poder executivo:

- O programa criado por esta Lei consiste em conjugações de ações e parcerias entre o Executivo Municipal e clubes esportivos e outras instituições privadas que fomentam a prática do Esporte e possibilitem aos alunos da rede municipal de ensino;
- O Executivo Municipal poderá promover competições esportivas no âmbito das escolas da rede municipal de ensino voltados ao reconhecimento de alunos com habilidades esportivas.

É possível aferir que o legislador municipal esta criando obrigações para o Poder Executivo Municipal nos artigos 2º e 3º, o que acaba por comprometer todo o projeto de lei (artigos 1º a 5º), uma vez que o Programa possui características de Atos de Gestão e serão aplicadas nas Escolas da Rede Pública Municipal, logo na Estrutura Organizacional e Administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o que é vedado, em razão da iniciativa do projeto de lei ser de competência do Poder Executivo, in litteris:

“**CE/RO:**

**Art. 39 (...)**

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

**d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.**

**LOM/PVH:**

**Art. 65**

(...)

**§ 1º** – São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

**IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal;**

Ao enfrentar o tema no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, possui consolidado entendimento pela inconstitucionalidade.

“**TJRO:**

Precedente:

**EMENTA:** (...) lei cria atribuições, obrigações, para o Poder Executivo Municipal, (...) Qualquer ato de interferência do Poder Legislativo na estrutura, organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, além de implicar em vício de iniciativa, implica também em violação ao princípio da



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

separação dos poderes, contaminando o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal. Processo: 0800056-45.2022.8.22.0000 – DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (95). Relator: Des. ROWILSON TEIXEIRA. Data distribuição: 10/01/2022 12:24:17. Data julgamento: 03/10/2022. Polo Ativo: MUNICIPIO DE PORTO VELHO. Polo Passivo: CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO.”

Desse modo, a proposta legislativa acaba invadindo a competência do Poder Executivo, além de violação do Princípio da Separação dos Poderes culminando em Inconstitucionalidade Formal, pois adentra na esfera de competência do Poder Executivo.

(...)

Ante o exposto, sugerimos o **VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 4614/2024**, em razão que não cumpriu os requisitos Constitucionais ao Processo Legislativo Municipal.”

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o projeto de lei em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

**HILDON DE LIMA CHAVES**  
Prefeito



Assinado por **Hildon De Lima Chaves** - Prefeito do Município de Porto Velho - Em: 07/05/2024, 07:32:51